

Museu Nacional

Resistência e Liberdade

Aida Rechená
Teresa Albino

Ficha da PIDE de preso político no Forte de Peniche, séc. XX, TT

Musealizar a Memória: uma temática propiciadora de colaborações e parcerias

Resumo

REFLETIMOS SOBRE O PROCESSO PARTICIPATIVO DE CONSTITUIÇÃO DO MUSEU NACIONAL RESISTÊNCIA E LIBERDADE – FORTALEZA DE PENICHE. POR UM LADO, ESTE PROCESSO INSERE-SE NUMA TENDÊNCIA INTERNACIONAL DE MUSEALIZAÇÃO E PATRIMONIALIZAÇÃO DOS ESPAÇOS DE REPRESSÃO E DAS MEMÓRIAS DE RESISTÊNCIA A CONTEXTOS DITATORIAIS E REPRESSIVOS. POR OUTRO, CONSTITUI-SE COMO EXPRESSÃO DAS METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS E COLABORATIVAS DECORRENTES DA CONSOLIDAÇÃO DA MUSEOLOGIA SOCIAL E DO ALARGAMENTO DO CONCEITO DE PATRIMÓNIO CULTURAL ÀS MEMÓRIAS INDIVIDUAIS E ÀS MICRO-HISTÓRIAS.

Contexto

Em abril de 2017 o Governo aprovou um plano de recuperação da Fortaleza de Peniche, classificada como monumento nacional, para nela instalar um museu que perpetuasse a memória, enquanto antiga prisão política da ditadura fascista que vigorou entre 1926 e 1974, e como um espaço privilegiado para promover os direitos humanos, a responsabilidade cívica e os ideais da democracia.

Este projeto multidisciplinar, de criação de um museu nacional sobre a ditadura militar, o Estado Novo e a resistência na antiga prisão política da fortaleza da cidade de Peniche, foi atribuído à Direção-Geral do Património Cultural (DGPC)¹, entidade responsável pela política museológica nacional.

A DGPC, na sua missão de desenvolver um projeto faseado que permitisse a valorização, in-

terpretação e musealização dos espaços simbólicos da fortaleza a recuperar, passou a presidir, a 12 de janeiro de 2018, à Comissão² de Instalação dos Conteúdos e de Apresentação Museológica. A Comissão integrou a Câmara Municipal de Peniche, três unidades de investigação científica (o IHC, o CEIS e o CITCEM)³, um representante do Ministro da Cultura e sete individualidades, antigos presos políticos. A 2 de outubro de 2018 esta comissão foi reforçada com a constituição de um comité executivo⁴ que integrou elementos da DGPC, antigos presos políticos/investigadores, o responsável pelo projeto de arquitetura e os dirigentes da Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas e da EPHEMERA⁵.

Estamos perante uma memória de repressão muito longa e marcante para o povo português, com mais de 30.000 portugueses, homens e mulheres, presos e muitos deles torturados por dizerem



Ficha da PIDE de preso político no Forte de Peniche, séc. XX, TT

o que pensavam e por lutarem pela liberdade. Uma memória sensível e dolorosa (EATON: 2011), um património material e imaterial recente, o que suscita inúmeros desafios.

Se, por um lado, trabalhamos com um distanciamento histórico confortável, na medida em que já passaram 49 anos desde os acontecimentos que nos propomos ilustrar, por outro lado, temos o enorme privilégio de enriquecer a nossa tarefa com os contributos de muitos dos que viveram aquele período e estiveram na prisão de Peniche e em outras prisões políticas espalhadas pelo território nacional.

Patrimonialização de espaços de repressão

A nível global e nas últimas décadas, dois temas têm sido objeto de estudo, de reflexão científica e de debate: 1) a relação dos museus com as suas comunidades em processos de recolha e de produção de memórias; 2) a preservação e a salvaguarda de espaços históricos que foram prisões/lugares de cativeiro, bem como a sua transformação em espaços museológicos.

Os espaços das prisões são reflexo de uma sociedade, de uma política e de uma história, um património edificado, material, que engloba memórias individuais e desconhecidas, mas também a história coletiva de uma nação (POTTE: 2018). Neste âmbito, a proposta de constituição do Museu Nacional da Resistência e Liberdade (MNRL) na Fortaleza de Peniche poderá agitar a consciência patrimonial sobre os edifícios prisionais portugueses.

No caso da Fortaleza, como noutros casos a nível nacional ou europeu de antigos conventos, fortes ou palácios, a classificação existente não foi motivada pela sua utilização como prisão, mas por ser um antigo equipamento militar do século XVI⁶. No entanto, a utilização de edifícios de reclusão, de locais de perseguição e tortura e de espaços de resistência, para acolherem museus, tem vindo a disseminar-se um pouco por todo o mundo, desde a preservação e patrimonialização dos campos de concentração nazis logo a seguir ao final da Segunda Guerra Mundial.⁷

Olhando para o panorama internacional, podemos identificar três tendências de patrimonialização e musealização de espaços associados a

atos políticos violentos de regimes ditatoriais e à resistência política contra esses regimes:

— A musealização de espaços onde ocorreram atos violentos, como os campos de concentração nazis, pretendendo-se nestes casos “congelar” os locais tal como se encontravam no momento da libertação.

— A musealização das memórias pessoais de grupos de vítimas de regimes ditatoriais, de vítimas de guerra ou de outros crimes contra a humanidade. Encontram-se nesta categoria de projetos: o *Museu da Infância na Guerra*⁸, em Sarajevo, dedicado à infância afetada pela guerra; o *Museu da Memória e dos Direitos Humanos de Santiago do Chile*⁹, em memória das vítimas da ditadura chilena; o *Museu Nacional dos Direitos Humanos de Taiwan*¹⁰, dedicado às vítimas de Jing-Mei, instalado numa antiga prisão política.

— A musealização de locais associados a uma personalidade de destaque na luta pelos direitos humanos ou na resistência a um regime repressivo. Podemos dar como exemplo o Museu de Robben Island¹¹ onde esteve preso Nelson Mandela. Neste caso é a personalidade de Mandela que atribui ao local a sua importância e significado patrimonial.

O MNRL está a ser constituído através de um processo de patrimonialização e musealização que consegue intersetar as três tendências mencionadas. Localizado numa fortaleza classificada como monumento nacional e numa antiga prisão política, é um local de sofrimento de vítimas de um regime repressivo, associado a personalidades de destaque da resistência e às memórias individuais de sofrimento que congregam os resistentes ao regime e as suas famílias.

As duas primeiras tendências destacam-se na conceção da componente museológica. O MNRL aposta fortemente na interpretação da Prisão da Fortaleza de Peniche como elemento patrimonial musealizado. O espaço arquitetónico ganha desta forma uma dominância e podemos considerá-lo o elemento zero do acervo do museu. Mas aposta também, de forma assertiva, na recolha de testemunhos dos antigos presos políticos e das suas famílias, e de todos e todas os/as resistentes ao regime, mesmo que não tenham estado presos/as.

A terceira tendência, a que incide sobre determinadas personalidades históricas, é incontornável, embora de menor profundidade. Dá-se um destaque pessoal aos presos que fugiram da Fortaleza de Peniche através de um estudo biográfico, mas o museu não se organiza nem desenvolve exclusivamente em torno destas personagens, já históricas.

Metodologias participativas

A reivindicação da constituição de um museu que perpetuasse as memórias dos antigos presos políticos e dos movimentos de resistência ao regime fascista foi sentida e manifestada logo após a revolução de abril de 1974. Entre os populares que aguardavam a libertação dos presos políticos da Fortaleza/Prisão de Peniche, no dia 27 de abril de 1974, havia faixas onde se lia: “Peniche exige!...Forte para visitar e não para ficar”.

Esta necessidade social de preservação da memória da luta contra a ditadura, materializou-se em vários movimentos cívicos, como o NAM - Não Apaguem a Memória¹², a Associação 25 de Abril¹³, a URAP – União dos Resistentes Antifascistas Portugueses¹⁴, ou ainda a Associação Fascismo Nunca Mais¹⁵. Estes grupos e associações têm sido indispensáveis quer na recolha de testemunhos e na publicação de dados, quer no desenvolvimento de atividades evocativas e na organização de ações reivindicativas.

Em 2016, a inclusão da Fortaleza de Peniche no programa *Revive – Reabilitação Património e Turismo* gerou um movimento de cidadãos que, entre outras ações de contestação, promoveram a edição de duas publicações¹⁶ sobre a importância histórica do espaço.

A 7 de abril de 2017, a Assembleia da República¹⁷ aprovou o Projeto de Resolução que recomendava ao Governo a preservação da memória histórica e a requalificação da Fortaleza de Peniche¹⁸. O Governo foi sensível à contestação cívica e política de transformar o monumento numa pousada/hotel e o Conselho de Ministros, realizado na Fortaleza, em junho de 2017, “determina a criação de um museu nacional na Fortaleza de Peniche, enquanto espaço-memória e símbolo maior da luta pela democracia e pela liberdade”¹⁹.

O MNRL tem, assim, na sua génese este movimento participativo e social e insere-se numa tendência recente dos chamados museus participativos. Entre estes, podem distinguir-se três formas de participação: o museu que promove a participação através do design das suas exposições; o museu que utiliza metodologias participativas na produção dos conteúdos das exposições; o museu cujo nível de participação abrange a gestão e a tomada de decisões pela comunidade.

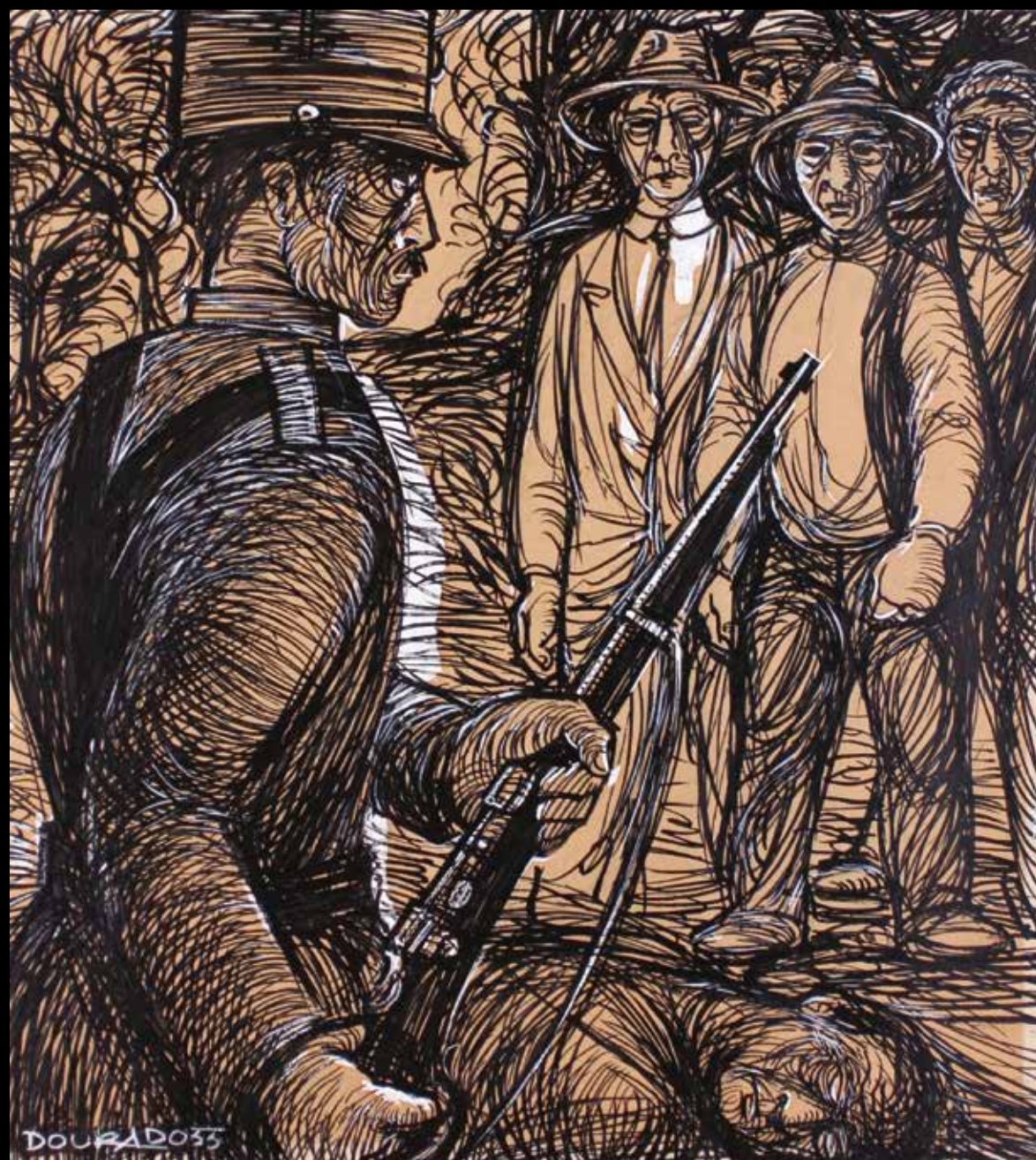
O primeiro tipo de participação em museus vem sendo definido e praticado pela norte-americana Nina Simon (SIMON: 2010), que foca a atenção dos museus participativos nas experiências dos visitantes e considera que a participação depende do design do museu e dos seus conteúdos.

O segundo tipo de participação em museus vai mais além e integra membros da comunidade, ou de um grupo, na produção de conteúdos expositivos e educativos. Este tipo de participação foi possibilitado pela disseminação da museologia social. Esta, desenvolvida desde os anos 1970, possibilitou aos museus o desenvolvimento de práticas museológicas relacionadas com as preocupações sociais. Afastando-se das preocupações centradas unicamente nas coleções, na sua preservação, estudo e apresentação, os museus puderam dedicar-se a apresentar temas que respondem às preocupações da sociedade contemporânea e/ou das comunidades envolvidas. A noção de património alargou-se, por forma a incluir o património natural e imaterial e, mais recentemente, as ideias, as sensações e as emoções, as micro-histórias e as narrativas individuais, abrindo espaço para a representação do indivíduo anónimo nos museus.

O terceiro tipo de participação inclui o recente movimento de participação das comunidades na gestão e na programação dos museus, verificado em vários processos museológicos na América do Sul.²⁰

O processo

Em 2017, no momento de decidir a metodologia adequada para a criação do MNRL, beneficiámos de um conjunto de estudos e reflexões no âmbito da história contemporânea, como é o caso



Cipriano Dourado
Dever, c. 1955
 MN-R



Fichas da PIDE de presos políticos no Forte de Peniche, séc. XX, TT

dos trabalhos de Fernando Rosas e José Pacheco Pereira²¹. Por outro lado, beneficiámos de um enorme conjunto de estudos e reflexões na área da museologia²², da história e da antropologia.

Os museus podem ser um fator de tensão, de conflitualidade e de afirmação de relações assimétricas, pelos acervos que constituíram e pelas exposições ou conteúdos que apresentam. Mas os museus também podem ser espaços de representação e de relacionamento intercultural²³ e interpolítico, de responsabilidade e educação cívica, de reconciliação e de reflexão humanista, através da revisão dos seus acervos, do envolvimento das comunidades nas suas atividades e na realização de exposições sobre temas que as comunidades querem que sejam expostos e debatidos.

Decidida a criação do MNRL na Fortaleza de Peniche e elaborado o seu programa museológico²⁴, colocavam-se as seguintes questões: Como resgatar, preservar e divulgar esse passado doloroso e sensível vivido por muitos portugueses e expor esse património na Fortaleza-Museu? Como envolver os seus protagonistas? Como convidar a equipa e a comunidade a uma interpretação crítica do período histórico que se pretende representar? Como assumir que não será um projeto neutro e que poderá suscitar reflexões e emoções opostas? Como usar a experiência e a memória desse passado para construir um futuro melhor e potenciar os ideais da democracia e a promoção dos direitos humanos? Como tornar perceptível aos visitantes que esta memória e consciência fazem parte de um património sem fronteiras, que nos aproxima de realidades de perseguição e de resistência vividas noutras sociedades e noutros países? Como promover uma consciência global que possa internacionalizar a mensagem do Museu, permitindo o trabalho em rede?

Conhecer o projeto do Museu do Aljube em Lisboa²⁵ (antiga prisão do Estado Novo) e o que sobre ele foi produzido, foi um ponto de partida muito importante. Do mesmo modo, assumiu relevo a pesquisa de exemplos internacionais de projetos museológicos e expositivos em prisões e/ou o tema do resgate de património material e imaterial em sociedades que foram objeto de

dramas sociais e políticos. Inspirou-nos, em especial, o projeto do já mencionado Museu da Memória e dos Direitos Humanos em Santiago do Chile²⁶, pela reflexão que foi efetuada sobre formas de expor a memória e o trauma provocado pela violência de um regime político totalitário e pela sua missão em prol da patrimonialização da memória da resistência e da defesa dos direitos humanos. Também foi fundamental a metodologia de trabalho proposta pelo antropólogo Jonathan Eaton para a criação de um museu na antiga prisão política de Spaç, na Albânia²⁷, no âmbito de um programa da organização não governamental “Património Cultural sem Fronteiras – Albânia”: resgatar património material e imaterial em zonas que foram objeto de conflito e de desastre humanos e naturais.

Com estas referências em mente implementámos uma metodologia de trabalho que inclui três vertentes principais:

1. Em primeiro lugar, o diálogo, baseado numa abordagem ao património centrada nos direitos humanos. Trata-se de uma ferramenta para atingir os objetivos que desejamos alcançar, isto é, dar a conhecer a história deste monumento-prisão, honrar a memória de quem sofreu nas prisões políticas e potenciar a importância contemporânea que este património cultural encerra. Criou-se um processo aberto e inclusivo que, através de reuniões de trabalho e visitas ao espaço, recolhesse as diferentes visões dos participantes (antigos presos políticos, representantes de instituições governamentais e locais, membros de associações de cidadãos, professores, estudantes, museólogos, investigadores de história contemporânea e visitantes).
2. A documentação, o conhecimento e a identificação do espaço físico, os blocos prisionais, as camaratas dos guardas, a cozinha, o parlatório, os pátios de recreio, as celas disciplinares. Identificar criações artísticas, de poesia, de romance, de desenho e pintura produzidos no espaço da prisão ou sobre a ação da resistência. Recordar e partilhar as memórias de perseguição e resistência e recolher os testemunhos sobre os espaços da

prisão, isto é, fazer um levantamento dessas manifestações imateriais, desse legado que permitirá criar múltiplas narrativas.

3. Recolha de propostas para os futuros espaços do Museu, dando ênfase aos objetivos comuns dos diferentes participantes: a importância simbólica da Prisão da Fortaleza de Peniche, a História do regime político fascista e a defesa dos direitos humanos. O Museu quer estar atento e ser interventivo perante os grandes problemas sociais contemporâneos, tais como o racismo, o totalitarismo e as migrações forçadas. Este processo passa por uma gestão contínua de estratégias de aproximação dos envolvidos, pela salvaguarda do espaço existente e pela criação de novas infraestruturas, através de intervenções²⁸ nos imóveis (projetos de engenharia e de arquitetura) e da implementação dos projetos de museologia, museografia, educação e comunicação.

A ação

Estamos a conceber uma proposta interpretativa que resulta das relações dinâmicas entre o lugar, as memórias do lugar, as histórias individuais a História nacional, o presente e o futuro das sociedades, sem esquecer o diálogo com a comunidade envolvente.

O Museu Nacional Resistência e Liberdade, museu de memória, atua suportado nas memórias daqueles e daquelas que resistiram ao fascismo em Portugal, as quais ganham significado e valor patrimoniais através da ação do museu. Assume como missão mais imediata pesquisar, preservar e comunicar as memórias, individuais e coletivas, relativas à resistência ao regime fascista português de 1926 a 1974, priorizando histórias de vida e refletindo sobre as formas contemporâneas de resistência.

Definir um museu como museu de memória pode parecer um paradoxo, dado que a memória faz parte do ADN dos museus. Podemos inclusive afirmar que quase²⁹ todos os museus são de memória. Mas quando falamos da memória como património e do património cultural como um direito e como um recurso, estamos a referir-nos a algo distinto. Trata-se da memória indivi-

dual de cada um/a de nós, aquela que advém da experiência vivida de uma dada situação, como a resistência ao regime ditatorial e a situação de encarceramento político. Neste caso, em relação com outras memórias de outros indivíduos, constitui o fundamento da narrativa museológica. Não está suportada em objetos físicos, mas é validada pelas memórias dos restantes membros daquele grupo de partilha. Essa memória fornece informações que utilizamos como recurso para a promoção da ação em prol dos direitos humanos, da cidadania e da liberdade.

Como exemplo da ação desenvolvida pelo Museu, desde 2019, mencionamos alguns projetos em curso, desenvolvidos com recurso a metodologias participativas.

a) “Histórias de Pessoas – Histórias de Resistência”

Projeto cuja finalidade é recolher testemunhos de antigos presos políticos ou seus familiares, através de entrevistas registadas em vídeo. Estas constituem o banco de memória do Museu e são inventariadas como objeto museológico.

b) “As Minhas Memórias da Prisão de Peniche”
Direcionado para a comunidade de Peniche, este projeto visa a valorização de testemunhos de qualquer cidadão ou cidadã com uma história pessoal relacionada com a resistência ao fascismo, com as condições de vida social durante o regime do Estado Novo e com a Cadeia do Forte de Peniche.

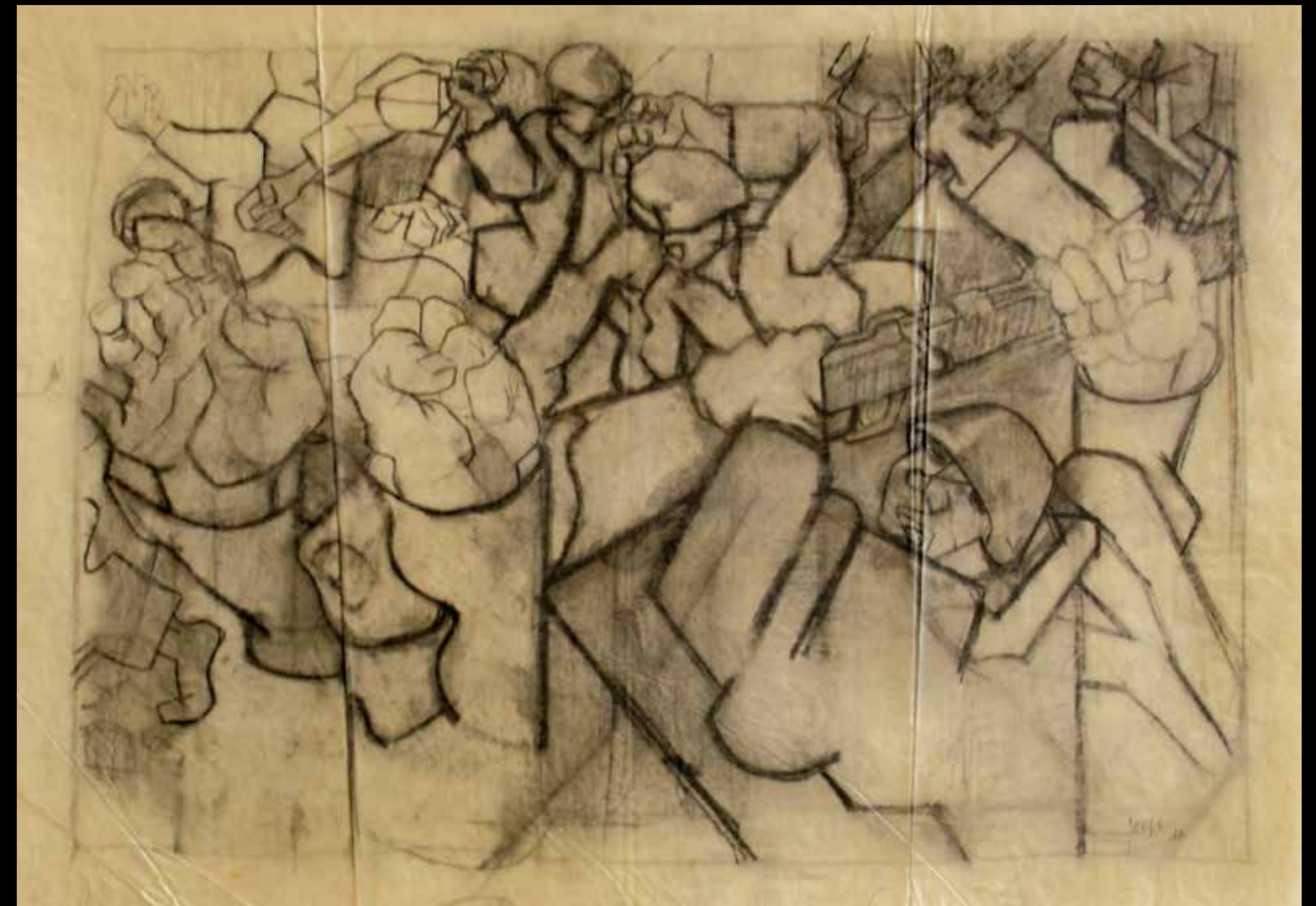
c) “Roteiro – Casa de Peniche. Solidariedade, Repressão e Resistência”

Projeto que pretende a identificação, patrimonialização e valorização de locais de memória da repressão e da resistência. Inclui o mapeamento de ruas, casas, espaços públicos e privados onde ocorreram ações de resistência ao regime, locais onde se prestou solidariedade aos presos e famílias. Abrange também locais associados à repressão e tortura, levadas a cabo pelo regime, alargando dessa forma a recolha das memórias para fora dos espaços do Museu.

Finalmente, o *website*³⁰ do Museu é a plataforma de comunicação que disponibiliza as diferentes



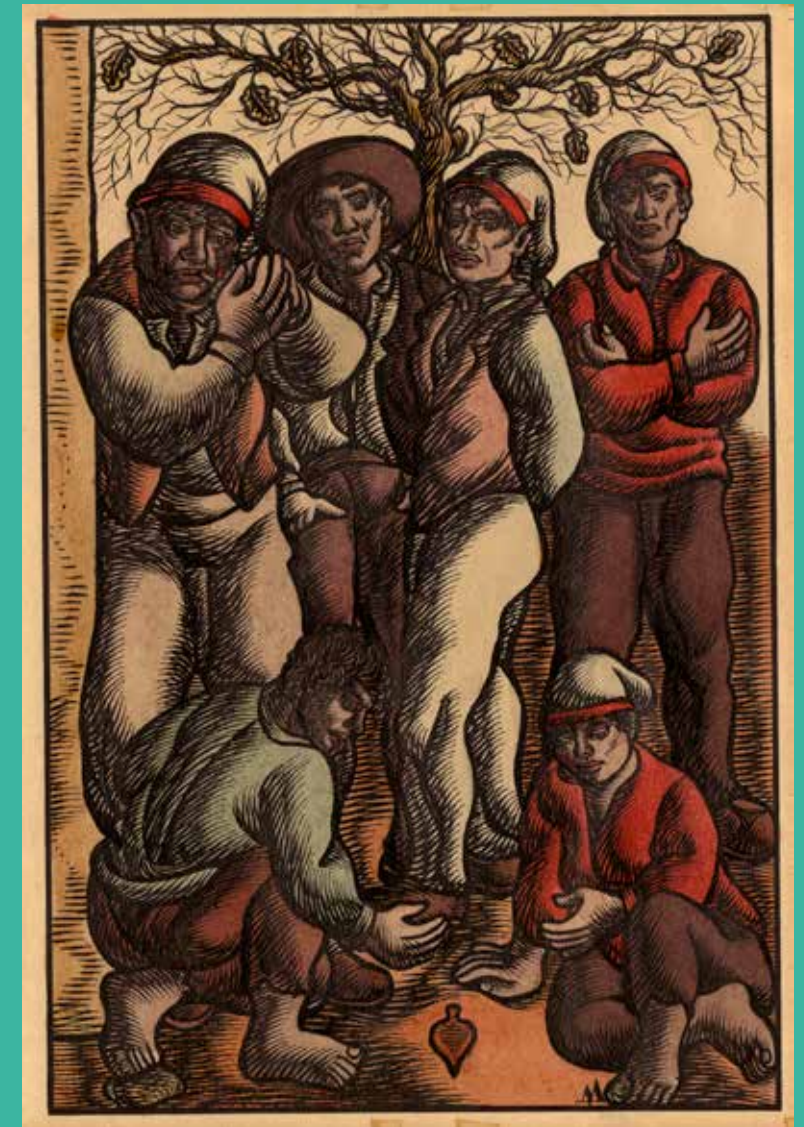
Fichas da PIDE de presos políticos



Jorge de Oliveira
A repressão, 1946
MN-R



Manuel Ribeiro de Pavia, ilustração para *Fanga de Alves Redol*, 1948, APMN-R



José Dias Coelho
Prisioneiros políticos,
1955-1961
MN-R

fases do projeto ainda em curso e que apela à participação dos cidadãos em áreas como a constituição do acervo, relatos de testemunhos, organização de eventos e atividades educativas, espelhando parcerias nacionais e internacionais, como a Associação de Professores de História e a Coligação Internacional de Sítios de Consciência³¹.

A reabertura da Fortaleza

A Fortaleza de Peniche reabriu ao público a 25 de abril de 2019. Tratou-se de um ato profundamente simbólico, a marcar a abertura deste projeto museológico, abraçado por uma equipa vasta e multidisciplinar. Inaugurou-se a exposição “Por Teu Livre Pensamento” e o Memorial de homenagem aos presos políticos, resultado

de um profundo trabalho de pesquisa desenvolvido pelo Comité Executivo.

A 27 de Abril de 2024, passados 50 anos da Revolução de Abril, o Museu Nacional Resistência e Liberdade será inaugurado. No âmbito dos temas sobre o Estado Novo e a resistência que irá apresentar, a perceção do quotidiano prisional estará sempre presente, a falar por si, a incomodar, a despertar emoções e a convidar à reflexão.

Aida Rechená
 Museóloga, Diretora do Museu Nacional Resistência e Liberdade
 Teresa Albino
 Antropóloga, Membro do Comité Executivo do Museu de Peniche



Júlio Pomar, *Gadanheiro*, 1945, MNAC-MC | Júlio Pomar, *Fonte da Telha*, séc. XX, A-MJP

Notas

1. Direção-Geral do Património Cultural, Portaria n.º 260/2017, DR, 2.ª série, n.º 173/2017, de 07 de setembro.

2. CICAM – Comissão de Instalação dos Conteúdos e da Apresentação Museológica do futuro Museu Nacional da Resistência e da Liberdade, a instalar na Fortaleza de Peniche, Diário da República, 2.ª série — N.º 19 — 26 de janeiro de 2018.

3. IHC – Instituto de História Contemporânea (Universidade Nova de Lisboa); CEIS - Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX (Universidade de Coimbra); CITCEM - Centro de Investigação Transdisciplinar, Cultura, Espaço, Memória (Universidade do Porto).

4. Comité Executivo do Museu de Peniche, Gabinete do Ministro da Cultura, Despacho n.º 9667/2018, Diário da República, 2.ª série — N.º 199 — 16 de outubro de 2018.

5. EPHEMERA – Biblioteca e Arquivo de José Pacheco Pereira; <https://ephemerajpp.com/>

6. Categoria: MN – Monumento Nacional, Decreto nº 28 536, DG, 1.ª série, n.º 66 de 22 março 1938 / ZEP / Zona “non aedificandi”, Portaria, DG, 2.ª série, n.º 71 de 24 março 1967.

7. Como afirma o diretor do Museu de Auschwitz, Piotr M. A. Cywinski “Todas as decisões sobre a conservação de Auschwitz são morais”. In: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/11/22/internacional/1511349413_515782.html , consultado a 9 fevereiro 2023.

8. <https://warchildhood.org/>

9. <https://web.museodelamemoria.cl/>

10. <https://www.nhrm.gov.tw/w/nhrmEN/Index>

11. <https://www.robber-island.org.za/>

12. A Associação Movimento Cívico Não Apaguem a Memória – NAM, constituiu-se em 17 de maio de 2008, motivada pela “exigência da salvaguarda, investigação e divulgação da memória da resistência antifascista e que considera ser responsabilidade do Estado, do conjunto dos poderes públicos e da sociedade a preservação condigna dessa memória. Porque sem memória não há futuro.” In: <https://maismemoria.org/mm/>. Consultado a 4 de março 2023. [esta nota está demasiado longa por favor rever e encurtar, eliminar a maior parte]

13. A Associação 25 de Abril destina-se “à consagração e defesa de valores cívicos.” In: <https://a25abril.pt/>. Consultado a 4 de março 2023.

14. A URAP foi criada em 1976 pelos antifascistas que durante a ditadura criaram a Comissão de Socorro aos Presos Políticos. Desenvolve a sua ação na defesa dos ideais de Abril. In: <https://www.urap.pt/index.php>. Consultado a 4 de março 2023.

15. Antifascistas da Resistência são um grupo que se dedica a recolher e divulgar online biografias de resistentes portugueses ao fascismo. In: <https://www.facebook.com/FascismoNuncaMais/about> consultado a 11 de março 2023.

16. Brito, Carlos. (2016). *Cadeia do Forte de Peniche, Como foi vivida*. Lisboa: Alêtheia Editores; URAP. (2017). *Forte de Peniche, Memória, Resistência e Luta*. Lisboa: Edição URAP – União dos Resistentes Antifascistas Portugueses.

17. *Projeto de Resolução 542/XIII/2*, Diário da República, 2.ª série — N.º 118 — 30 de maio de 2018, <https://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalheIniciativa.aspx?BID=40769>

18. A Resolução teve os votos a favor do Partido Socialista, do Partido Comunista Português, do Bloco de Esquerda, do Partido Ecologista “Os Verdes” e do Partido das Pessoas, dos Animais e da Natureza e com a abstenção do Partido Social Democrata e do Partido Popular CDS-PP.

19. Resolução do Conselho de Ministros n.º 73/2017, Diário da República, 1.ª série — N.º 108 — 5 de junho de 2017.

20. São exemplos deste tipo de participação o Museu de Favela e o Museu de Maré no Rio de Janeiro.

21. A título de exemplo, entre muitas outras publicações dos autores referidos: Pereira, José Pacheco. (2005). *Álvaro Cunhal: uma biografia política*, Lisboa: Círculo de Leitores; Rosas, Fernando. (2012). *Salazar e o poder: a arte de saber durar*, Lisboa: Tinta-da-China.

22. A título de exemplo: Bennet, Tony (1995). *The birth of the Museum, History, Theory, Politics*. London: Routledge; Cliffford, James (1997). “Museums as Contact Zones” in *Routes: travel and translation in the late twentieth century*. (pp. 188-219). Cambridge: Harvard University Press.

23. Albino, Teresa Pacheco (2001). *Museu: espaço de representação, relação e educação intercultural*. Tese de Mestrado. Lisboa: Universidade Aberta.

24. https://www.museunacionalresistencialiberdade-peniche.gov.pt/wp-content/uploads/2022/03/Guiao_programa_Museologico.pdf

25. Martins, Ana Rita (2016). *A musealização de heranças difíceis: o caso do Museu do Aljube – Resistência e Liberdade*. Lisboa: FCSH-UNL.

26. Lunn, Adam (2013). *The Impacts of the Museo de la Memoria y los Derechos Humanos in Santiago, Chile*. Londres: University College.

27. https://www.youtube.com/watch?v=MUh_o83Tkig Eaton, Jonathon; Billaci, Mirian. (2018). *From mines to mind-maps: A dialogue-based approach to museum planning at Spaç Prison*. Comunicação apresentada em NEMO Webinar. 25 junho 2018.

28. Albino, Teresa Pacheco; Silva, Paula Araújo. (2020). *Museu Nacional Resistência e Liberdade: Fortaleza/Prisão/Museu. Patrimônio Arquitetônico Brasil-Portugal*. (pp. 53-57). Rio de Janeiro: Proarq; Aveiro: Universidade de Aveiro, 2020.

29. Serão o “Museu do Amanhã” no Rio de Janeiro e o “Museu do Futuro” no Dubai, Museus de Memória? Será correto falar-se de uma memória do futuro?

30. <https://www.museunacionalresistencialiberdade-peniche.gov.pt/>

31. <https://www.sitesofconscience.org/>

Bibliografia

Albino, T. P. (2001). *Museu: espaço de representação, relação e educação intercultural*. Tese de Mestrado. Lisboa: Universidade Aberta.

Albino, T. P., e Silva, P.A. (2020). *Museu Nacional Resistência e Liberdade: Fortaleza/Prisão/Museu*. Patrimônio Arquitetônico Brasil-Portugal. (pp. 53-57). Rio de Janeiro: Proarq; Aveiro: Universidade de Aveiro, 2020.

Bennet, T. (1995). *The birth of the Museum, History, Theory, Politics*. London: Routledge; Cliffford, J. (1997). “Museums as Contact Zones” in *Routes: travel and translation in the late twentieth century*. (pp. 188-219). Cambridge: Harvard University Press.

Brito, C. (2016). *Cadeia do Forte de Peniche, Como foi vivida*. Lisboa: Alêtheia Editores;

URAP. (2017). *Forte de Peniche, Memória, Resistência e Luta*. Lisboa: Edição URAP – União dos Resistentes Antifascistas Portugueses.

Eaton, J. (2011). *Trauma and Recovery: Re-Signifying Communist . Era Sites Of Memory in Contemporary Albania*, MA thesis. Toronto: Department of Anthropology, University of Toronto.

Eaton, J., e Billaci, M. (2018). *From mines to mind-maps: A dialogue-based approach to museum planning at Spaç Prison*. Comunicação apresentada em NEMO Webinar. 25 junho 2018.

Lunn, A. (2013). *The Impacts of the Museo de la Memoria y los Derechos Humanos in Santiago, Chile*. Londres: University College.

Martins, A. R. (2016). *A musealização de heranças difíceis: o caso do Museu do Aljube – Resistência e Liberdade*. Lisboa: FCSH-UNL.

Potte, M-B. (2018). Pourquoi protéger les prisons?, Le patrimoine de l'enfermement. *Revue scientifique et technique des monuments historiques*, Semestral 1, (pp.18-21). Centre des Monuments Nationaux, Paris: Éditions du Patrimoine.

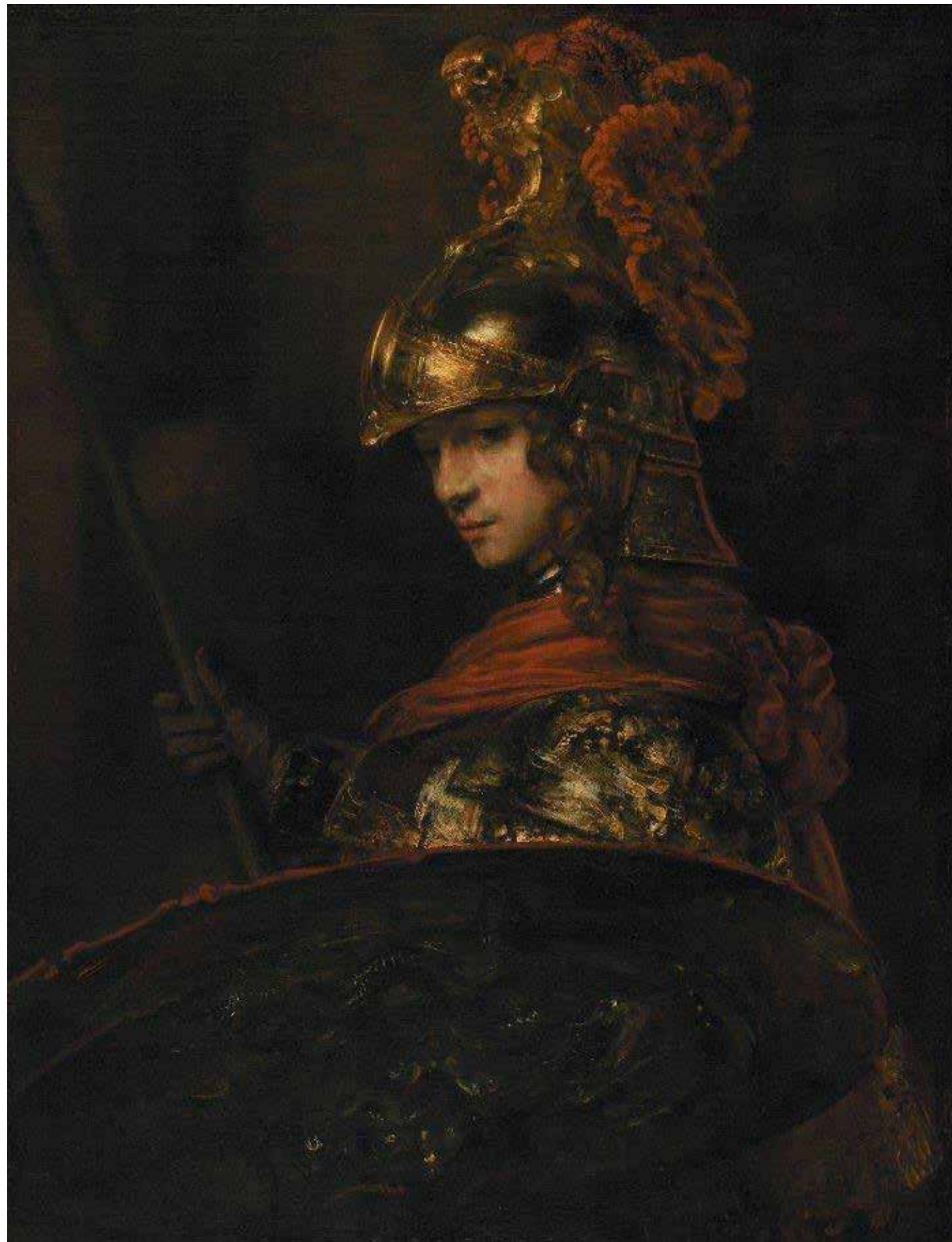
Pereira, J. P. (2005). *Álvaro Cunhal: uma biografia política*, Lisboa: Círculo de Leitores.

Rechena, A.; Alves, A.; Carmona, R. e Albino, T. (2022). Museu Nacional Resistência e Liberdade-Fortaleza de Peniche: reivindicação, criação e processo. Em M. L. Ferreira (Coord.), *Memórias em Tempos Difíceis*. (pp. 136-155). Casa das Letras: Porto Alegre.

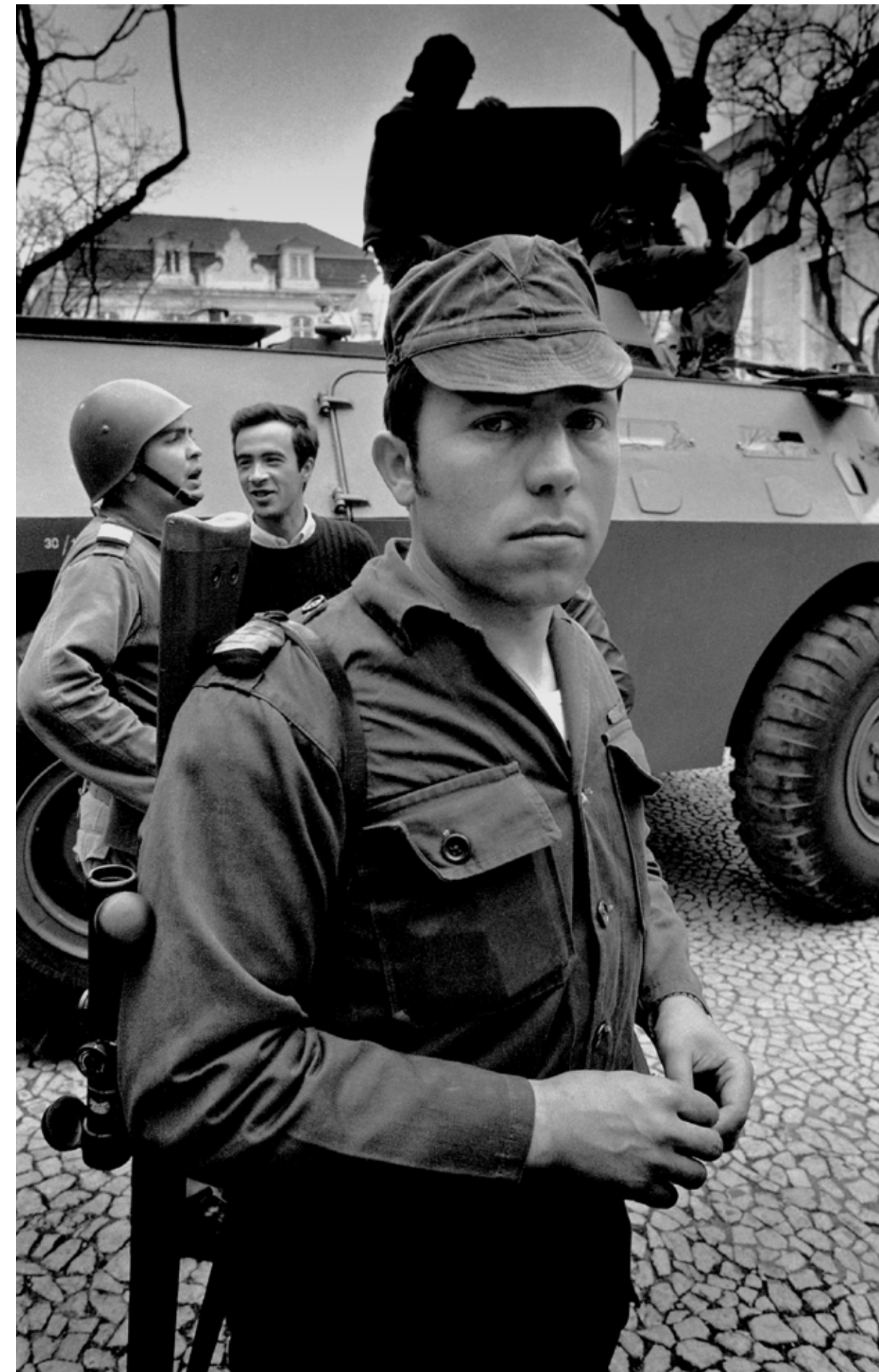
Rosas, F. (2012). *Salazar e o poder: a arte de saber durar*, Lisboa: Tinta-da-China.

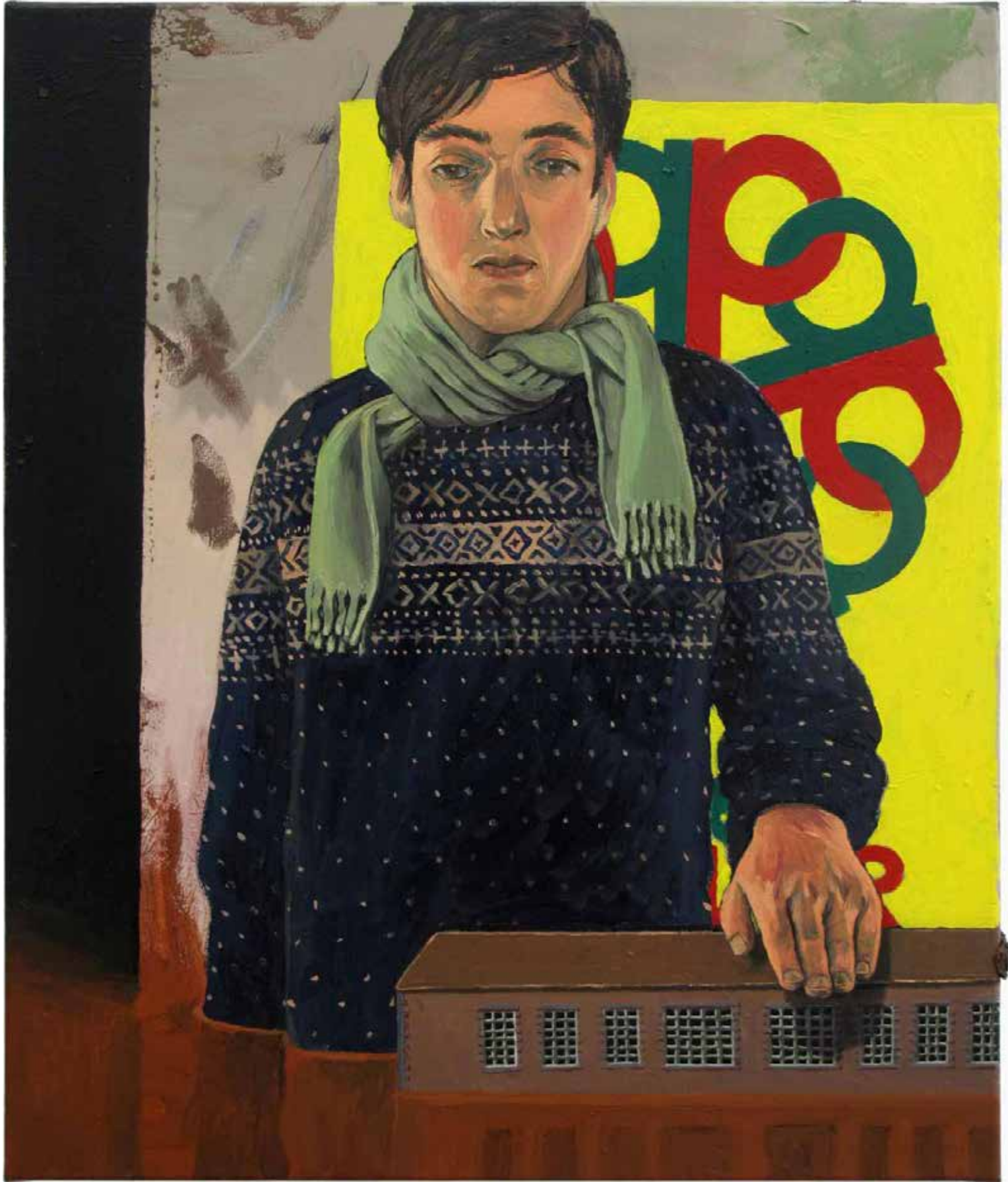
Simon, N. (2010). *The participatory Museum*. Versão online. In: <https://partipatorymuseum.org/read/>. Consultado a 5 de março de 2023.





Rembrandt Harmensz van Rijn, *Palas Atena*, c. 1657, FCG | Alfredo Cunha, *Salgueiro Maia*, 25 de abril 1974





Tiago Baptista, *Mão na fábrica*, 2014 | *Vespeira*, cartaz Dinamização Cultural, 1975, MNAC-MC





Júlio Pomar, *Abrilidade*, 1974, A-MJP | *Vespeira*, cartaz Dinamização Cultural, 1974, MNAC-MC





Alfredo Cunha, 25 de abril 1974 | Fernanda Fragateiro, Caixa #1, 2005

